



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

1ª Av. do Centro Administrativo da Bahia, 150 - Bairro CAB - CEP 41.745-901 - Salvador - BA - <http://www.tre-ba.jus.br/>

PROCESSO : 0003880-43.2022.6.05.8000
INTERESSADO : ASSISTÊNCIA DE MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS E TRANSPORTE
COORDENADORIA DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS
ASSUNTO : Pregão nº 32/2022. Desistência da proposta após adjudicação.

DECISÃO nº 2013249 / 2022 - PRE/DG/ASSED

Trata-se de solicitação formulada pela empresa Bravo Sierra Empreendimentos Eireli, documento n.º 2005734, requerendo a desistência da proposta após adjudicação.

Instada, a Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos e Questões Administrativas manifestou-se nos seguintes termos, trecho em destaque:

(...)

4.1. Em análise perfunctória ao pleito da licitante vencedora, é possível constatar que a questão versa sobre aparente inexecutabilidade da proposta. Esse exame é feito no curso do certame, à luz das seguintes condições:

"10.4. Não serão aceitas propostas com valor unitário ou global superior ao estimado ou com preços manifestamente inexequíveis.

(...)

10.5. Considerar-se-á inexequível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste Pregão.

10.6. Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do § 3º do art. 43 da Lei n.º 8.666/93, para efeito de comprovação de sua executabilidade."

4.2. Não se registrando, até então, qualquer informação neste sentido, e, ao contrário, tendo sido aceita a proposta pelo Pregoeiro, com consequente classificação e adjudicação em favor da Bravo Sierra Empreendimentos Eireli, a princípio, não se justificaria a posterior retirada, sob tal alegação.

5. A essa altura, cumpre ressaltar que a Administração poderia optar pelo indeferimento do pedido da licitante, com consequente prosseguimento do certame, a fim de caracterizar-se a situação prevista na condição 14.6 do ato convocatório, *ipsis literis*:

"14.6. **A recusa em formalizar o ajuste**, no prazo estabelecido na condição 14.4, sem justificativa por escrito e aceita pela autoridade competente, bem como a não manutenção de todas as condições exigidas na habilitação, sujeitará a licitante vencedora às penalidades cabíveis, sendo facultado à Administração convocar remanescentes, na ordem de classificação, nos termos do disposto no artigo 4º, inciso XXIII, da Lei nº 10.520/2002." (destaque adotado)

5.1. Todavia, *smj*, a celeridade será melhor alcançada com a imediata retomada da licitação, para que o Pregoeiro proceda à desclassificação da proposta da requerente, e, por consequência, examine "*as ofertas subseqüentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor*" (artigo 4º, XVI, Lei nº 10520/2002).

6. Ante o exposto, opinamos objetivamente pela retomada da licitação, procedendo-se à desclassificação da empresa Bravo Sierra Empreendimentos Eireli, em face do pedido ora em exame, com consequente instauração do procedimento de apuração de responsabilidade.

6.1. A par disso, a peticionária deverá ser notificada de que seu pleito foi recebido como *não manutenção da proposta*, e, portanto, estará sujeita à apuração de responsabilidade, com consequente aplicação da penalidade cabível, nos termos da condição 16.1. do edital do Pregão nº 32/2022, e art. 27, da Portaria PRE/TRE-BA nº 308/2022, acima reproduzidos (tópicos 3 e 4).

6.2. Nada impede que, após a notificação, nos termos acima delineados, a licitante efetivamente opte por "*executar os compromissos assumidos*", tal qual afirma no doc. nº 2005734, parte final.

Diante do quanto recomendado pela ASJUR, no tópico 6.2 da citada manifestação, esta Diretoria-Geral determinou a notificação da empresa **BRAVO SIERRA EMPREENDIMENTOS EIRELI**, para confirmar de modo inequívoco à manutenção ou desistência de sua proposta no Pregão nº 32/2022, dando-lhe ciência do inteiro teor do respectivo opinativo jurídico, conforme registrado nos documentos n.ºs 2008226, 2008226 e 2013136.

A licitante ratificou o pedido de desclassificação de sua proposta, consoante destacado no trecho do documento n.º 2013134, a seguir:

(...)

Em resposta ao Despacho PRE/DG/ASSED, **decidimos pela manutenção da desistência da proposta apresentada para o Pregão Eletrônico nº 32/2022**, tendo em vista as razões apresentadas anteriormente e manifestada em carta enviada por e-mail no dia 14/07/2022, e diante do senso de responsabilidade que a BRAVO SIERRA EMPREENDIMENTOS EIRELI possui e assume perante os seus clientes e contratantes, reitera da importância e dificuldade para assumir um contrato com tamanha complexidade e envergadura para operar em todo o estado da Bahia, e após avaliação criteriosa temos a convicção que poderia se tornar um problema para a administração pública, fato esse que não desejamos em hipótese alguma, e para evitar um transtorno, e cientes da responsabilidade e comprometimento que temos com o setor público, **reiteramos nossa posição de desistência da proposta apresentada**.

Desta forma, respeitosamente, opta por desistir de manter a proposta apresentada, e roga que não seja aplicada nenhuma sanção para nossa empresa, fato que nos prejudicaria por sermos uma pequena empresa e depender dos processos licitatórios para mantermos nossas operações. Porém, caso essa nobre instituição decida por aplicar alguma sanção que então seja aplicada uma **advertência** ou uma penalidade mínima, inclusive relacionada por esse órgão no Parecer nº-499/2022, qual seja:

(...) *Grifamos*

Assim, lastreado no parecer n.º 499 da ASJUR, documento n.º 2006446, cujos fundamentos passam a integrar a presente decisão, **DEFIRO** parcialmente o pedido da licitante, procedendo-se à desclassificação

da empresa Bravo Sierra Empreendimentos Eireli, com consequente instauração do procedimento de apuração de responsabilidade, com esteio nos fundamentos supramencionados pela ASJUR.

Ao NUP, para conhecimento, devendo a empresa ser notificada da presente decisão, bem como adotar providências quanto à retomada da licitação, atentando ao quanto destacado no tópico 6.1, do mencionado opinativo.

RAIMUNDO VIEIRA

Diretor-Geral



Documento assinado eletronicamente por **Raimundo de Campos Vieira, Diretor Geral**, em 20/07/2022, às 15:27, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **2013249** e o código CRC **F5D1322E**.